

Aviso n.º 283/2006**Renovações de contratos**

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho datado de 5 de Julho de 2006 do presidente, proferido no uso da competência que lhe é cometida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 19 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, celebrados com os indivíduos abaixo mencionados:

Ana Maria Santana Poupino, na categoria de técnico superior de serviço social, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Alexandra Cristina Vieira Craveirinha, na categoria de técnico superior de comunicação social, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Amália da Conceição Mateus Falcão, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Maria Isabel da Silva Soares Gonçalves, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Maria de Fátima Leandro Martins, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Ana Maria Guerreiro Pereira, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Maria do Céu de Jesus Costa, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Maria José de Sousa Furtado, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Maria Cláudia da Silva Joaquim, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Deonilde dos Santos Moreira Guerreiro, na categoria de auxiliar de serviços gerais, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Dora Sofia Pereira Alves, na categoria de técnico profissional de conservação e restauro, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

Ana Cristina Botelho da Silva Nóbrega, na categoria de técnico superior de conservação e restauro, com início de funções em 1 de Setembro de 2004, por mais um ano.

11 de Agosto de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, na ausência do Presidente, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.

1000305097

Aviso n.º 284/2006**Rescisão de contrato**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente datado de 30 de Junho de 2006, foi rescindido, a seu pedido, o contrato a termo resolutivo certo, com Maria Beatriz Correia Mendes, auxiliar de acção educativa, com efeitos a partir do dia 22 de Junho de 2006, inclusive.

10 de Agosto de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, na ausência do Presidente, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.

1000305113

Aviso n.º 285/2006**Renovação de contrato a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho datado de 4 de Julho de 2006, do presidente, proferido no uso da competência que lhe é cometida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 19 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado

com Ana Isabel da Silva Marques, na categoria de técnico superior (arquitecto), com início de funções em 1 de Agosto de 2005, por mais um ano.

10 de Agosto de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, na ausência do Presidente, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.

1000305095

Aviso n.º 286/2006**Concurso externo de ingresso para um lugar de fiscal municipal de 2.ª classe**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 31 de Julho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, o concurso externo de ingresso para um lugar de fiscal municipal de 2.ª classe.

1 — Ao presente concurso são aplicáveis as regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo 412-A/98, de 30 de Dezembro, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, e 29/2001, de 3 de Fevereiro.

2 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, têm preferência, em caso de igualdade, os candidatos com deficiência, os quais prevalecem sobre qualquer outra preferência legal.

3 — O concurso é válido para a vaga indicada e para as que vierem a verificar-se no prazo de um ano a contar da data da publicação da lista de classificação final.

4 — Poderão candidatar-se ao concurso os indivíduos que reúnam, até ao término do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os seguintes requisitos:

4.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais, legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

4.2 — Requisitos especiais — 12.º ano de escolaridade, como habilitações mínimas exigidas, e um curso específico ministrado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

5 — Local de trabalho — toda a área do município.

6 — O vencimento é o correspondente ao índice 199 — 640,62 euros.

7 — Conteúdo funcional — inerente à respectiva categoria, de acordo com a alínea *a*) do n.º 3 do Despacho n.º 20/SEALOT/94, do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 12 de Maio de 1994.

8 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Membros efectivos — vereador, Dr. Jorge Bugalho Serpa, que presidirá; chefe de Divisão de Recursos Humanos, técnica superior assessora principal (psicologia), Dr.ª Maria Eva Agostinho de Sousa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e chefe de Divisão de Fiscalização Municipal, engenheiro civil assessor, Luís Manuel Barros de Oliveira.

Membros suplentes — chefe de Divisão de Assessoria Jurídica e Contencioso, técnica superior principal (jurista), Dr.ª Maria da Conceição Pacheco Centeno Santa Clara Gomes, e vereador António Marreiros Gonçalves.

9 — Métodos de selecção — prova escrita de conhecimentos gerais e específicos, que será graduada de 0 a 20 valores, sendo a respectiva classificação obtida através da soma das pontuações atribuídas a cada resposta, constituindo fase eliminatória para classificações inferiores a 9,5 valores, com a duração de duas horas, e entrevista profissional de selecção.

9.1 — Programa da prova de conhecimentos gerais:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro).